Por uma moral política livresca: as apropriações do *Libro de las confesiones* de Martin Pérez durante a dinastia de Avis.

MARCOS SCHULZ*

Hoje é tão comum se falar em estudos de "história cultural" que já nem parece que pôde haver algum dia qualquer prática historiográfica que não levasse em conta a historicidade dos diversos aspectos simbólicos manipulados pelas pessoas, algo que o citado rótulo procura generalizadamente abarcar. De fato, o atentar para esses aspectos do passado não precisou esperar que a denominação surgisse, e muitos poderiam ser os exemplos de autores "desviantes" em sua época, ou "pioneiros" do que estava por vir, dadas suas características absolutamente originais – isso se fosse importante aqui citá-los. Mas é a partir da década de oitenta do século XX que se promove um tipo de reflexão histórica que iria colocar muitas das costumeiras certezas na berlinda. É nessa época também que se consagram as abordagens de fontes narrativas enquanto matéria-prima auto-suficiente do ofício do historiador.

Roger Chartier está entre aqueles que mais pensaram sobre esse momento. Na sua produção a respeito, procurou explicar as mudanças que ocorriam, bem como fez propostas que em certa medida pautaram as pesquisas subsequentes. Não entrando no mérito do seu posicionamento preciso entre tantos outros autores nesse alargamento da disciplina, procurarei tecer algumas considerações a respeito de suas contribuições ao campo, sobretudo na área da história da leitura, uma vez que darei sequência à tentativa de aproximar algumas de suas propostas a objetos de pesquisa de meu interesse.

Dentre tantos recortes necessários, detenho meu foco nas análises sobre práticas e discursos (CHARTIER, 2006, pp. 38-41), e de como grupos se constroem social e identitariamente fazendo um uso particular de símbolos e demais elementos culturais de seu meio circundante, elaborando representações através das quais procuram explicar, justificar e até naturalizar sua posição no mundo. Uma das novidades que Chartier entrevê na fermentação que deu origem à "história cultural" - o fato de se "conceber as representações do mundo social como constitutivas das diferenças e das lutas que

* Mestrando do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGHIST/ UFRGS) – Bolsista CNPq.

caracterizam as sociedades" (CHARTIER, 2006, p. 33) - serve também como item no programa do presente artigo: exatamente este tipo de representações busco em obras narrativo-discursivas e fontes literárias que circularam na Península Ibérica durante os últimos séculos da Idade Média, sobretudo aqueles coadunados com diretrizes religiosas, de trato eclesiástico, ou fundo moralizante.

Por fim, adianto – mas para melhor me localizar - que na sua análise a respeito dos cronistas portugueses dessa época, Susani S. L. França examina o papel de "livros não-oficiais, ou seja, os livros nos quais se interroga a realidade, buscando apreendê-la no todo ou em parte", descortinando "que universo se encontra construído nas suas páginas" (FRANÇA, 2006, p.49) – é exatamente essa a minha abordagem. Esta última está, no entanto, primordialmente atenta para o que Chartier identificou como *sociologia histórica das práticas de leitura*, cujos objetivos seriam os de "identificar modalidades partilhadas do ler" e compreender como se dá significação histórica a um texto (CHARTIER, 1990, pp. 121-139), não mais pensado como algo "fechado", enquanto os leitores passam a ser vistos como sujeitos inventivos - não mais meros elementos receptores[1].

O texto que receberá destaque na análise aqui proposta é o *Libro de las confesiones*, escrito em castelhano por Martim Pérez por volta de 1316, bem como o *Livro das confissões*, sua versão em medievo-português concluída em 1399 por copistas do mosteiro de Santa Maria de Alcobaça. Do autor quase nada se sabe, mas da circulação de sua obra temos notícias de fontes variadas, como variados parecem ter sido os usos que se fizeram de suas palavras. Seja pelas suas características, seja pelo público-alvo pretendido, seja ainda pelos lugares em que circulou e em que foi citado, o livro de Martim Pérez é de problemática classificação. Tal é o conteúdo que aproximo da perspectiva discriminada linhas acima, criando um problema que parece ser fruto de um cruzamento de leituras, e que talvez possa se resolver de semelhante maneira.

Mas, primeiro, mais algumas informações a respeito do *Libro*...

1 O artigo de Roger Chartier propõe "traçar um projeto intelectual e um espaço de investigação". Procura-se um caminho na senda aberta pela interlocução desses dois aspectos: pensar o significado de um texto a partir de uma abordagem que guarda parentesco genealógico com a dita "história cultural", experimentando nas minhas pesquisas a validade das assertivas de Chartier. Espera-se, assim, reforçar os delineamentos desse mesmo espaço, sem, no entanto, promover uma tentativa de "aplicação" de seu programa.

A obra foi composta com claro intuito pastoral, sobretudo por não tê-la escrito, seu autor, em latim. Pode ser considerada, portanto, testemunho de "novos tempos", de "novas expectativas" (FRANÇA, 2006, p.58), não suficientemente preenchidas pelos usos que se faziam da língua latina até então.

Assim como muitos de seu tempo, o texto procurava dar conta da defasagem entre a lei canônica – sobretudo aquela advinda do Concílio de Latrão IV (1215), que permanecia morta em muitos aspectos na região ibérica – e as práticas confessionais observáveis na realidade. Os padres confessores e curas de alma eram seus destinatários óbvios, estando sempre implícitos em cada caso de excomunhão previstos, em cada pecado analisado, e em cada uma de suas correspondentes penitências cabíveis seguidas de admoestações repletas de humanismo. Em consequência disso, Martim Pérez procura ser sintético e didático sempre que pode:

> Ca en este libro pueden, con trabajo de poco estudio, aprender tanto de la doctrina de vida para las almas salvar, quanto por estudio de letras non podrian saber, menos que por muchos trabajos e por muchos años e por muchos maestros e por muchas sçiençias ovieran a pasar (GARCIA Y GARCIA et al, 2002, p.4).

Por esse motivo, o *Libro* pode ser ombreado pelas *Summae confessorum*, um gênero textual muito difundido, extremamente casuístico e acadêmico, que gozava de grande apreço em meios monásticos por toda Europa. No entanto, não existiam sumas em língua vulgar com a amplitude da de Martim Pérez (a obra ocupava em geral dois códices inteiros), que tem ainda no tom da escrita um notável diferencial: ela é "llena de viveza y espontaneidad" (GARCIA Y GARCIA et al, 1992, p.88). Com efeito, e enquanto manual para uso de confessores, o *Libro* é uma obra importante não do ponto de vista metodológico e penitencial, mas sim por se tratar de "un catalogue d'un grand nombre de situations sociales de l'époque" (ARROYO, 1989, p. 86).

As realidades – a imaginada por nós e a observada por Martim Pérez - que se descortinam de sua leitura, ainda que não possam ser sobrepostas sem distorções inescapáveis, parecem muito vivas, donde se justificam algumas considerações estilísticas elogiosas, e isso sobretudo por causa de um outro aspecto seu: a erudição de suas citações e o domínio jurídico em que estão amparadas as descrições de cada

situação em que os delitos da alma humana se transformam em atos pecaminosos.

Alguns dados biográficos mais seguros que se têm de Martim Pérez dizem respeito exatamente a esse aspecto, pois erudição e jurisprudência eram fruto de treinamento. Logo, é praticamente impossível que não tenha tido formação universitária, a qual teria feito provavelmente em Bolonha, na Itália. Já em relação a atuação profissional, as suspeitas recaem sobre Salamanca, grande centro castelhano nas matérias em questão e local de onde se originaram manuscritos que citaram passagens do *Libro*. É interessante notar como seu autor é consciente do rigor da justiça pretensamente didatizada para os "clerigos menguados de sçiençia" (GARCIA Y GARCIA et al, 2002, p. 3). Trata, por exemplo, da necessidade de seus leitores atualizarem sua obra à medida que saem novas decisões da Cúria Romana ou novas constituições papais, característica que, segundo ele, sua obra compartilha com as de direito[2]. É um universo rigorista, portanto, que se encontra em diálogo com o da "sancta teologia" (GARCIA Y GARCIA et al, 2002, p. 3), ambos servindo de fontes das quais foi "mendigado" (Idem, Ibidem) o livro de Martim Pérez – tudo isso produzia uma sensação de temor, sobretudo na medida em que o leitor se reconhecia nos pecados arrolados no manuscrito. Sintomaticamente, foram antecipadas algumas palavras no prólogo da obra a esse respeito:

> algunos pueden tomar desabor deste libro por el reprehendimiento de los pecados e por el agraviamiento dellos, ca dizen que ay mucho de justiçia e poco de misericordia. (Idem, p. 5)

Como se pode perceber, a vida sem pecados era uma "carrera estrecha" (Idem, p.6) para os contemporâneos de Martim Pérez que quisessem levar em consideração suas admoestações, cujo peso era sempre dobrado sobre o estado do clero – seus membros deviam dar o exemplo e responder diante do todo-poderoso não só pelas suas ações, como também pelas de suas "ovelhas".

Ainda na esteira das projeções possíveis da imagem que os contemporâneos do autor do *Libro* tinham dele, passemos mais alguns parágrafos descritivos na perseguição das cópias que a obra teve – primeiro em território espanhol, depois no português.

2 Disso se depreende que Martim Pérez não considerasse seu *Libro* como uma "obra de direito".

Existiram aproximadamente 25 códices (GARCIA Y GARCIA et al, 1992, p.85) da obra de Martim Pérez que deixaram vestígios até os dias hoje, mas se vislumbram muitos mais (cópias intermediárias, por exemplo), até porque ainda há muitos materiais nos arquivos e bibliotecas da Europa – e talvez além – esperando o dia de serem encontrados. Esses textos são de variados tamanhos, suportes, conteúdos. Há, por exemplo, uma abreviação castelhana[3], uma compilação portuguesa que divide um códice[4] com obras de Cassiano e São João Clímaco[5], entre outros códices que comportam apenas algumas partes da obra (originalmente composta de três partes, mas sofreu mutações conforme os interesses de quem as copiava). O tamanho e a densidade são motivos prováveis para que se tenham feito abreviações e resumos, pois se esperava de obras penitenciais que fossem práticas, sobretudo se fossem usadas como referência na hora da confissão.

Sobre as citações ao *Libro* (GARCIA Y GARCIA et al, 1992, p. 91-93), elas aparecem em alguns tratados salmantinos da época, inclusive no *Tractatus o Conclusiones contra clericos concubinarios*, onde é discutida a suspensão dos ofícios de clérigos simoniáticos e clérigos que tenham "barregãs". O *Libro de las confesiones* também é citado por um autor leonês anônimo num manuscrito do séc. XV, que o trata com certo desdém – segundo esse autor, era prejudicial para a fé católica que os clérigos peninsulares precisassem ler em "lingoagem"; no entanto, ele acaba dando testemunho de que Martim Pérez era tido em alta conta por citá-lo entre os mais lidos juntamente com os consagrados *Speculum Ecclesiae* de Hugo de Santo Caro e *Manipulus curatorum* de Guido de Monte Roterio (Idem, p. 89-90). Há duas citações de trechos em manuscritos portugueses, bem como outras mais breves que não fornecem qualquer opinião sobre a obra. É de se notar o relativo descaso em relação a ela nos meios acadêmicos. Mas é pelas suas características específicas que parece mais provável que sua maior influência tenha sido no uso confessional, na orientação e formação doutrinal de padres de pouca cultura.

---

3 O códice 9/2179 da Biblioteca de la Real Academia de la Historia. Madrid, fls. 11r – 102v.

4 O códice alcobacense CCLXXIV a/213 da Biblioteca Nacional de Lisboa.

5 Este seria um caso de "contaminação" de sentidos para o texto, pois sua leitura se dá numa determinada sequência com outros. CHARTIER,1990, p. 127.

> No es extraño que no sean muchos los testimonios escritos de su influencia, y más bien puede considerarse extraño que hayan quedado algunos. El verdadero influjo de Martín Pérez fue probablemente mucho mayor en las consciencias de las personas que en los libros, pero esto no se consigna en los escritos (...) (Idem, p. 93).

De fato, o público preferencial do *Libro de las confesiones* não era hábil com a pena, além do fato de os confessores serem um grupo do qual muito raramente se originava alguma obra qualquer.

Enfim, através dessas notícias e reflexões se sabe que o livro gozou de muito prestígio entre aqueles que buscavam orientação, circulou por locais variados, desde as universidades, passando necessariamente pelos mosteiros – onde teriam sido estudados e glosados nos *scriptorium* – e por paróquias espalhadas por toda península. O relativo sucesso da obra contrasta bastante com o (des)conhecimento que as gerações subsequentes tiverem dela.

O texto de Martim Pérez "evoca duas temporalidades e duas realidades históricas distintas" (MACEDO, 2006, p.125): o início do século XIV na Espanha (o tempo de sua redação, o contexto histórico em que seu autor viveu, com seus costumes, a relação difícil com mouros e judeus, a experiência dos clérigos nos confessionários e os conflitos de jurisdição do estado eclesiástico com a coroa) e o tempo de sua tradução para o português (do qual se supõe uma exegética leitura nos mosteiros e a leitura com objetivos doutrinários e disciplinários entre cristãos letrados preocupados com o enriquecimento moral). Este último universo português merece uma análise à parte.

A passagem do século XIV para o XV em Portugal se deu sob os auspícios de uma nova dinastia, a dos mestres de Avis, eleita nas cortes de 1385 e seguidamente lembrada como a responsável pela independência do reino em relação à Castela, pois tal evento deu fim a um interregno de dois anos, cujos desdobramentos não cessaram senão anos mais tarde. Isso é fundamental para que se entenda a entrada de inúmeros manuscritos no reino, originários de toda Europa, traduzidos e copiados seja por funcionários da Corte seja por monges – tal é o caso do *Livro das confissões*.

A obra foi trazida de Castela provavelmente para coibir os mesmos problemas, defeitos e relaxos de lá. Também o universo confessional de Portugal precisava de obras

acessíveis, com conteúdo doutrinal respeitável e eficaz aplicabilidade. Porém, o destino reservou uma fortuna diferente para a obra por aquelas pagas.

Acontece que, com a dinastia de Avis, se viu crescerem muito os incentivos para o ensino das letras e para a "produção livresca" (FRANÇA, 2006, p. 52). O mosteiro de Santa Maria de Alcobaça, já pioneira como instituição de ensino das letras, não só a religiosos como também a leigos, por iniciativa do abade D. Estevão no recuado ano de 1269 (Idem, p.16), seria o local por onde muitos frutos dessa política real passariam, juntamente com Santa Cruz de Coimbra – principais centros religiosos cenobíticos da época. É em Alcobaça, inclusive, que o *Libro* se transformou em *Livro*, num processo que mutilou toda segunda parte da obra, aquela que trata dos "pecados en que pueden caer espeçialmente algunas personas de algunos estados señalados" (GARCIA Y GARCIA et al, 2002, p.11), o que não significa que não tenha havido uma versão completa do texto em português, como se depreende das citações que se encontram em obras portuguesas do século XV.

Sobre o estado do ensino, os incentivos fiscais para estudantes e a promoção de uma cultura letrada nos altos círculos do reino durante o século XV não é preciso insistir muito. Muita tinta já correu tratando de como a dinastia avisina procurou se justificar através das letras (MONGELLI, 2001; FRANÇA, 2006), antes talvez do que através do sangue ou da espada.

Assim, a reconstrução da nação por esses monarcas não teria sido feita somente no plano político, até porque "não apenas através dos livros era possível formar o povo e ordenar o mundo, mas era sobretudo a partir deles que se poderia estabelecer e divulgar um conjunto normativo, fixo e rigoroso de princípios para reger as condutas" (FRANÇA, 2006, p. 56). Esse é um dado que, como se verá, serviu de base para a formação de uma acepção "utilitarista" dos textos, onde aquilo que era lido, copiado, citado, devia promover a formação do nobre português no sentido mais amplo da palavra, abarcando aspectos morais, intelectuais, espirituais, pedagógicos, religiosos – mas nunca estanques, de maneira que eram uns trespassados por outros -, o que se projetava sobre toda sociedade, pois a essa fatia da população cabia o direito e dever de servir de exemplo.

Se tivermos em mente que a obra de Martim Pérez continha ao menos uma "pobre partizinha" da "riqueza e complimento de sabeduria para a carreyra desta uida"

(MARTIM PÉREZ, 2005-2006, p. 21)[6] será mais fácil compreender os motivos de ela ter sido lida, sugerida e citada entre altos cargos reais, tendo inclusive conquistado certa afeição do rei D. Duarte e de seu irmão, o Infante D. Fernando. O primeiro é tido como um dos reis mais sábios de Portugal, pois compôs duas obras de fôlego, o *Leal conselheiro* e o *Livro da ensinança de bem cavalgar toda sela*, sendo que na primeira é citada a obra de Martim Pérez em duas ocasiões, que transcrevo:

> E porém grandemente e por muitas partes os senhores erramos e caímos em ele [o pecado da ociosidade], por que a tantas cousas somos obrigados de bem fazer, as quais deixamos ou bem não cumprimos por seguir vontade, vencendo-nos por fraqueza, e assim obrando outros feitos, em que nosso tempo ou bens despendemos no que poderíamos bem escusar, segundo se poderá ver em um livro que chamam Martim Perez, em que toca os pecados que pertencem aos senhores de maior e mais somenos estados. (DUARTE, 1982, p. 138).

> E dos pecados que pertencem a cada um estado, em um livro que fez um que se chama Martim Perez, é feita boa declaração, segundo vos já demonstrei. E quem deles quiser haver cumprida informação, veja o dito livro, porque lhe dará para elo grande ajuda. (Idem, p. 319).

É feita, portanto, não somente uma citação, mas também uma sugestão de leitura. Por razões que cabe perscrutar, o rei português indica um livro de caráter penitencial para a leitura de seus pares. Não se deve ignorar o quanto temas religiosos constavam entre os interesses prioritários da casa de Avis. Ainda no *Leal Conselheiro*, no seu prólogo, lê-se:

> poderá ser que alguns por os ensinos e avisamentos que, Deus querendo, em este tratado serão escritos, de mal fazerem se refrearem, e para viver virtuosamente serão induzidos, a qual esperança não pouco me acrescenta bom desejo de o trazer a proveitosa perfeição (Idem, p. 27).[7]

6 Esta edição, de José Barbosa MACHADO e Fernando TORRES MOREIRA, será referida para os casos em que a leitura da obra teria sido feita em português, ou seja, diz respeito ao contexto que lhe á própria.

7 Tal trecho poderia servir, inclusive, de resumo a uma outra obra de mesmo calibre, o *Livro da Virtuosa*

Alguns dos objetivos da obra de Martim Pérez parecem ser compartilhados pelo rei. Nota-se nestes escritos um objetivo claramente moral, doutrinador, conforme os princípios cristãos. Mesmo que o alvo dessas letras não fosse a sociedade como um todo, e apenas os nobres do reino (aqueles que compunham uma ordem defensora de todas as outras), é interessante como essa literatura se conjuga com as leituras de obras de origem eclesiástica e monacal, que em grande parte lhe servia também de base. Além disso, pelo argumento do exemplo, os nobres se tornavam porta-vozes de uma moral ideal. A crença expressa nas páginas desses livros serve para todo e qualquer homem, ainda que ele não os leia efetivamente[8].

Há ainda a referência a Martim Pérez em carta de D. Fernando ao abade de Alcobaça:

> Prior e Convento do Mosteiro de Alcobaça. O Infante D. Fernando vos envio muito saudar. Façovos saber que a mim prazeria aver o treslado do livro de Martim Pires que nesse Mosteiro tendes. Por ende vos rogo, e encomendo que vos praza de mo enviardes pelo Portador, e tanto que o eu ouver tresladado volo mandarei tornar, e fazerme eis em esto prazer e serviço que vos gradecerei. Escrito em Torres vedras 10 de Junho. João Alves a fez, 1431 annos (MARTINS, 1950, p.157).

Daqui se entreveem mais dados interessantes. Primeiramente, o significado que as correspondências entre os príncipes, e mesmo para além da corte, tiveram na formação intelectual desses indivíduos, uma vez que é nelas que se leem mais seguidamente dicas de governança e sugestões de leitura. A carta também é testemunho da importância de Alcobaça enquanto centro de produção livresca e cultural. Além disso, há um importante gancho no próprio interesse do Infante, conhecido como "O Santo" pela sua devoção particular, na leitura e estudo de obras a princípio não produzidas para a leitura de reis, nem com intuito de orientar para o governo. É um

---

Bemfeitoria, escrito pelo Infante D. Pedro, irmão de D. Duarte e Regente de Portugal após sua morte, durante a menoridade de D. Afonso V.

8 Sobre a fortuna crítica do *Leal conselheiro*, que teria sido pouquíssimo lido no tempo de sua feitura, sendo (re)descoberto apenas numa época muito próxima da nossa, ver o artigo de Márcio Muniz "Os leais e prudentes *conselhos* de El-Rei D. Duarte" em MONGELLI, 2001, pp. 245-306.

princípio caro ao projeto avisino que se descortina através desse interesse livresco.

Martim Pérez entende que outras pessoas podem ter proveito da leitura de seu livro, ainda que esse proveito esteja sempre e de alguma forma conectado com o universo confessional: "E pode cadahuũ saber algo para se cõfessar e para se castigar, ouuĩdo, ou leẽdo por este libro" (MARTIM PÉREZ, 2005-2006, p.23)[9] .Ou seja, os reis portugueses fizeram uma leitura muito particular do *Livro*, inclusive selecionando passagens de especial interesse para seu grupo – as citações de D. Duarte dizem respeito aos trechos em que são analisados e classificados os tipos de pecados mais comuns em que os governantes, nobres, príncipes, senhores, etc, caem, mormente em decorrência de suas maiores responsabilidades e da facilidade com que se transformam e soberbos e/ou tiranos.

Esses personagens se valem de uma série de argumentos para justificar a hierarquia da sociedade e sua própria condição: D. Pedro fala que a "ordenança rrazoada antre os prinçipes e os soieytos he fundada em natureza" (PEDRO et JOÃO VERBA, 1946, p.106), e prossegue afirmando que

> Toda alma seia sobiecta aos prinçipes mais excellentes, q nom se ha poderyo q nom proçeda de deos. E as cousas q som per deos teem ordenança. E quem resiste aos prinçipe faz resisteença a ordenança de deos. (Idem, p.109)

Já D. Duarte escreve que "O Senhor Deus as cousas terreais distribuiu aos servos seus como lhe prouve: a uns deu por que rejam outros, e aos outros por que por ele sejam regidos" (DUARTE, 1982, p. 385). A lógica por trás disso é que cada um se limite a sua condição sem usufruir das coisas alheias, sendo que esse princípio se encontra expresso também nas Ordenações Afonsinas. Mas, genealogicamente pensado, esse já é um lema muito caro ao próprio Martim Pérez, de modo que os textos, quando se entrecruzam, mais concordem do que discordem.

Em outras palavras, "os escritos dos membros da realeza de Avis não perdem de

9 Neste trecho aparecem dois dados interessantes: a possibilidade de aprender pela leitura em voz alta, o que pelo conteúdo denso e tom jurídico da obra pode, e isso é mera conjectura, ter ocorrido apenas esporadicamente; e a possibilidade de outros indivíduos (não confessores ou curas) tomarem benefícios do estudo da obra. Neste segundo aspecto, devemos, no entanto, atentar para o objetivo confessional final de toda leitura evidente no parecer de Martim Pérez, expresso pelos termos "confesar" e "castigar".

vista esse objetivo de dar a conhecer aos mais altos representantes da sociedade aquilo que compete à sua condição, ou seja, os direitos e deveres do seu estado" (FRANÇA, 2006, p.82), recortando da literatura religiosa (a saber, as considerações de Martim Pérez sobre os pecados de cada estado) as normas que sustentariam também o seu pensamento político, que é em grande medida uma ideologia compartilhada por religiosos e nobres, perfazendo uma verdadeira cultura letrada que se auto-refere e se auto-constrói, defendendo-se mutuamente (MONGELLI, 2001, p. XII), inclusive, quando lhes convém.

Finalmente, se os pecados descritos por Martim Pérez são tantos que ele mesmo reconhece que sua extensa obra não pode ser absorvida no todo, e se ele aceita para ela até mesmo uma aplicabilidade parcial ao sugerir que o confessor "cate" (MARTIM PÉREZ, 2005-2006, p.23) dentre todos pecados aqueles que forem mais importantes para cada um e em cada confissão, não é segundo um modo de leitura tão diferente que os reis também tomaram a liberdade de "catar" do livro de confessores aquilo que lhes convinha.

Chegou, então, um momento em que podemos retomar Roger Chartier e suas reflexões a respeito dos modos compartilhados de leitura e as formas pelas quais os textos ganham significado histórico.

Primeiramente, não se pode falar em divergências de leituras, como as percebidas por Fernando de Rojas sobre sua obra (CHARTIER, 1990, pp. 121-122), para os tipos de leitura que se fizeram de Martim Pérez, pois sua leitura foi restrita a grupos que compartilhavam uma visão pastoral e utilitária de texto, bem como uma cosmovisão cristã - tenham sido elas realizadas em universidades, mosteiros, confessionários ou na Corte de Avis. Não entrarei no mérito da (im)possibilidade de uma "leitura plural", aquela que, segundo Rojas, abarcaria os significados mais variados, apreendendo os exemplos, compreendendo -se as lições, separando-se também os momentos de pura fruição e entretenimento que oferece o texto (Idem, p. 123). Parece-me que é justamente por causa desse limite que o livro de Martim Pérez é de difícil classificação[10]. Não se pode dar uma visão única do todo que não seja apenas

10 Além da questão do conteúdo e dos grupos que tiraram proveito dele, há a questão de o título do *Libro* induzir a erros e precipitações a seu respeito.

uma generalização ou olhar privilegiado de um aspecto em detrimento de outros.

Abordar a leitura da forma proposta por Chartier significa

> identificar a diversidade das leituras antigas a partir dos seus esparsos vestígios e reconhecer as estratégias através das quais autores e editores tentavam impor uma ortodoxia do texto, uma leitura forçada. Dessas estratégias, umas são explícitas, recorrendo ao discurso (nos prefácios, advertências, glosas e notas), e outras implícitas, fazendo do texto uma maquinaria que, necessariamente, deve impor uma justa compreensão. (Idem, p. 123).

Tais "estratégias explícitas" podem ser percebidas no prólogo do *Libro*, sobretudo onde se antevêem (GARCIA Y GARCIA et al, 1992, p. 89)[11] algumas sugestões do autor para o melhor uso de seu texto, dicas sobre o estado de espírito em que os confessores devem se colocar para compreenderem seus escritos e, sobretudo, as sagradas escrituras, etc. Já as "implícitas" dizem respeito a uma análise hermenêutica ou interna do texto, e são complexas demais para se esgotarem neste espaço, ainda que alguns caminhos tenham sido sugeridos no item 4, que trata da fortuna crítica da obra em Portugal, quando se recolheram testemunhos de algumas leituras senão variantes, ao menos seletivas.

O livro de Martim Pérez, conforme já se disse, dificilmente foi escrito para ser lido – o texto é muito erudito, cheio de citações, composto para o estudo de padres confessores em códices de pouquíssima mobilidade, ou em "livro de bancada, que tem de ser pousado para ser lido e que é livro de universidade e de estudo" (CHARTIER, 1990, p. 132). Assim, e após já termos passado pelo item 3, fica claro o quanto nenhum estudo de história cultural pode ser realizado sobre o período medieval que não trate da trajetória dos textos, sua transfiguração criativa e quase nunca "fiel", sendo

> necessário recordar vigorosamente que não existe nenhum texto fora do suporte que o dá a ler, que não há compreensão de um escrito, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele chega ao seu leitor. (Idem, p. 127).

11 Os editores da publicação da versão castelhana de Martim Pérez sugerem que o prólogo pode ter sido escrito quando a obra já circulava.

Num universo em que o livro era raro, e mais ainda a produção de obras não religiosas ou jurídico-administrativas, faz-se necessário acompanhar o movimento dos transcritores e copistas, muitos dos quais trabalhavam quase somente a pedido de abades, príncipes e grande senhores para fins de formação moral, intelectual, etc. Assim, a reconstrução do sentido do texto se dá a partir da articulação de três polos: "o texto, o objeto que lhe serve de suporte e a prática que dele se apodera" (Idem, Ibidem).

A prática mais significativa, por insuspeita, que se apoderou do texto confessional parece ter sido a de nobres como D. Duarte e D. Fernando, que encontraram tempo, entre tantas tarefas de governo, para refletir sobre os ensinamentos que Martim Pérez dedicou a padres confessores e demais fiéis preocupados com o sacramento confessional anual e obrigatório, de modo que souberam tirar dele aquilo que lhes servia enquanto indivíduos valorosos e exemplares, que procuravam viver uma vida segundo a consciência e a lei cristãs.

O livro não foi, no entanto, um "espelho de reis", mas por uma estratégia "editorial" (Idem, p. 129)[12] da corte portuguesa de Avis foi lido, citado e sugerido enquanto instrumento formativo daqueles a quem cabe governar. Além disso, a importância que davam ao ensino e ao estudo de textos parece ir de encontro aos usos que fizeram os membros do baixo clero da mesma obra – não faz sentido pensar que os reis pudessem preferir ler obras já didatizadas, abreviadas, como aconteceu com o *Libro* quando era usado como referência nos confessionários. O próprio Martim Pérez pode ser considerado um didatizador de textos canônicos, ao pretender torná-los "mais decifráveis para leitores inábeis" (Idem, p. 130) - estes últimos, contudo, não se contam entre aqueles nobres que circulavam na Corte de Avis. Por isso se deve ter em mente, para se chegar a um dado seguro sobre o uso de textos, uma "comunidade de leitores, num momento e num lugar determinados" (Idem, p. 131), pois é o conhecimento que se têm delas que nos permite inferir não o que "o autor realmente quis dizer", mas por que e como foi lido ao longo da História.

Quando penso nessas questões e procuro articulá-las aos leitores históricos do

12 O termo "editorial" deve ser, por certo, relativizado e até descartado no que tange aos usos avisinos dos textos. Mantive o uso para marcar um significado "moderno" que lhe dá Roger Chartier, pois seus estudos estão temporalmente situados na era da imprensa e da difusão de escritos absolutamente diferentes das obras lidas na Corte.

Libro de las confesiones, com seus interesses e contextos próprios, fica mais claro o quanto se trata de um texto de problemática classificação, "que não se encaixa", ainda que parecesse muito óbvio para seu autor tratar-se meramente de um "pobre libro de las confesiones", apenas um manual penitencial para não latinistas. Pouco importa, nesse caso, o que Martim Pérez disse sobre sua obra, pois nem sempre pôde impor um significado unívoco para ela, muito antes pelo contrário – não sabia, por exemplo, que seria lido por um rei cem anos depois do término de sua escrita, e provavelmente teria dito muitas coisas de outro modo se o soubesse.

É por isso também que se deve atentar para as "identificações explícitas, que designam e classificam os textos, criando em relação a eles expectativas de leitura, antecipações de compreensão" (Idem, p. 132). É certo que D. Duarte tenha lido a obra que citou no seu *Leal conselheiro* em duas ocasiões, mas poderíamos nos perguntar se realmente a leu totalmente, ou se se deteve aos capítulos em que Martim Pérez tratava de setores da sociedade que lhe diziam respeito. As antecipações de que trata Chartier não ocorrem somente nos títulos e a partir da determinação de um gênero para um escrito. Da listagem dos capítulos da segunda parte da obra, por exemplo, se descobre que seus primeiros cento e vinte dizem respeito aos pecados dos religiosos de vários tipos e ordens. Não é difícil imaginar que o rei português iniciasse sua leitura a partir do capítulo cento e vinte e três - "De los pecados que pertenesçen a los reyes e a los princçipes e a los cavalleros..." (GARCIA Y GARCIA et al, 2002, p. 416) [13]. Quantos aprendizados dessas páginas seriam relegados se assim tivesse acontecido? Como contrabalançar o rigor (ou os rigores) com que o canonista castelhano trata os religiosos e, por outro lado, os reis?

Temos, agora, condição de dar um passo adiante na compreensão de um conceito muito caro a todos que, alguma vez, se debruçaram sobre a historicidade dos textos e seus destinos nem sempre afortunados: o de"apropriação" (CHARTIER, 1990, p. 137). É também um momento em que proponho que se coloque todo o presente estudo "de cabeça para baixo", fazendo balançar tudo aquilo que foi analisado e, agora mais solto, mais móvel, pode cair e se acomodar neste conceito – além disso, essa espécie de visão

13 Cito a versão castelhana, pois toda a segunda parte da obra de Martim Pérez traduzida para o português não sobreviveu aos séculos que separam seu tempo do nosso.

retrospectiva teria a vantagem de tornar mais conscientes também para vocês, leitores, as "estratégias implícitas" que permitem botar-se, ou não, este edifício que é o texto de pé.

Segundo Chartier, pensar nos modos de leitura enquanto "apropriações" é importante "porque permite pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção" (Idem, p. 136). Trazendo isso para o que já foi dito sobre a trajetória da obra de Martim Pérez dentro da Península Ibérica, sobretudo detendo-se no uso que fizeram dela os príncipes de Avis dentro de uma lógica justificadora de sua condição e criadora de sua identidade diante de outras casas reais européias, podemos otimizar nossas relfexões e chegar a conclusões mais ricas a respeito de como se relacionam os grupos da sociedade com os elementos culturais e simbólicos que estão à sua disposição (materialmente, também), ainda mais quando trespassam os universos para os quais foram criados, recebem significados novos, adentrando campos insuspeitos de onde podem sair, por que não, a partir de outras apropriações semelhantes.

O *Libro de las confesiones* certamente ganhou uma espécie de "sobrevida" quando tresladado para o medievo-português e trazido, a partir de uma passagem por esse meio monacal e radicalmente fechado em si mesmo, para dentro de uma máquina governamental a nível nacional, expansivo por excelência e apoiado num projeto pragmático, articulado em torno de ideais como a "cristandade", a "boa governança", a "prática das virtudes" e, por último, mas não menos importante, a "manutenção da ordem".

> Pensar deste modo as apropriações culturais permite também que não se considerem totalmente eficazes e radicalmente aculturantes os textos ou as palavras que pretendem moldar os pensamentos e as condutas. As práticas que deles se apoderam são sempre criadoras de usos ou de representações que não são de forma alguma redutíveis à vontade dos produtores de discursos e de normas. (Idem, Ibidem).

Ora, que são os manuais de confessores e demais tratados piedosos como o *Leal conselheiro* senão "textos que pretendem moldar pensamentos e condutas"? De outra coisa não fala Márcio R. C. Muniz quando trata do "nascente padrão de atitude e

comportamento" (MONGELLI, 2001, p. 251) exposto a seus pares pelos autores de Avis, esses escritores que, conforme Susani França, "tecem gradativamente um amplo quadro de ensinamentos que abarca desde reflexões sobre a ordem do mundo até ponderações sobre o controle do corpo, do espírito e do intelecto como condição para o bom governo do reino" (FRANÇA, 2006, p. 80).

As apropriações, por fim, respondem aos diversos modos de distinção criados por cada grupo, e isso guarda relação com as formas de uso de cada bem simbólico - no caso de Avis, a manutenção de uma ideia de virtude para governar, em oposição aos pecados e vícios do espírito que a impossibilitam, a partir de obras confessionais.

Se obter e ler livros já não fossem suficientes instrumentos de diferenciação, criar uma prática original de leitura para marcar uma diferença, segundo uma ordenação pensada como natural e digna de conservação, mostrou-se prioritário. Esse é apenas um entre tantos aspectos extra-texto que determinam diferentes apropriações de seu conteúdo.

Referências bibliográficas

ARROYO, Gustave A. Les manuels de confession en castillan dans l'Espagne médiévale. Montréal: Institut d'Études Médievales/ Faculté des Arts et des Sciences, 1989.

CHARTIER, Roger. A História Cultural: entre práticas e representações. Tradução Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

_____. A "nova história cultural" existe? In: PESAVENTO, Sandra J. & outros (Org.). *História e linguagens*. Rio de Janeiro: 7 letras, 2006, pp. 29-44.

DUARTE (Dom). Leal Conselheiro. Ed. João Morais BARBOSA. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1982.

FRANÇA, Susani Silveira Lemos. Os reinos dos cronistas medievais (século XV). São Paulo: Annablume, 2006.

GARCIA Y GARCIA, Antonio; ALONSO RODRIGUES, Bernardo; CANTELAR RODRIGUEZ, Francisco. El libro de las confesiones: uma radiografia de la sociedad medieval hispana. Ed. Madrid: Bilbioteca de Autores Cristianos, 2002.

_____. El libro de las Confesiones de Martín Pérez. *Revista Española de Derecho Canónico (Salamanca)*, vol. 49 n 132, 1992, pp. 77-129.

MACEDO, José Rivair. Os códices alcobacences do *Libro de las confesiones* de Martim Perez (Ms. Alc. 377-378): Elementos para os seu estudo. In: *Instituições, Cultura e Poder na Idade*

Média Ibérica. Atas da VI Semana de Estudos Medievais/ I Encontro Luso-Brasileiro de História Medieval. Brasília: UNB, 2006, pp. 113-130.

MARTIM PÉREZ. Livro das confissões. Ed. semidiplomática de José Barbosa MACHADO e Fernando TORRES MOREIRA. s/L: Edições Pena Perfeita, 2005-2006.

MARTINS, Mário. "O "Livro das Confissões" de Martim Pérez" (séc. XIV). *Revista Portuguesa de Filosofia*, T. 6, Fasc. 2 (Apr. - Jun., 1950), pp. 156-167.

MONGELLI, Lênia Márcia (coord.). "A literatura doutrinária na Corte de Avis". São Paulo: Martins Fontes, 2001.

PEDRO (Infante Dom) e JOÃO VERBA (Frei). O Livro da virtuosa bemfeitoria. Ed. Joaquim COSTA. Porto: Empresa Industrial Gráfica do Porto, 1946.